

Presídio Municipal: PRODABEL 1

Ao invés de investir na modernização da informática e da tecnologia municipais e em melhores condições de trabalho para os trabalhadores, vimos a direção da PRODABEL torrar o dinheiro público transformando a sede da empresa num verdadeiro presídio, com a colocação de grades absolutamente desnecessárias, enquanto deixa no mais completo abandono os banheiros, muitos deles inativos, caso de calamidade pública. A direção da empresa tem se importado pouco com o bem estar dos seus trabalhadores, como é o caso das necessidades fisiológicas, pois preferiu gastar, segundo corre a boca pequena, *280 mil reais* para cercar a empresa, do que colocar em ordem e funcionando os banheiros tanto da sede, quanto da Rua Tupis.

O sindicato já levou este problema ao conhecimento da Superintendência Regional do Trabalho, através de denuncia e pedido de mediação e nem os compromissos assumidos pela empresa nesta reunião ela está cumprindo. Pelo visto teremos de denunciar a empresa no Ministério Público do Trabalho e o sindicato não terá dúvida em tomar esta providencia. Esperamos que a empresa resolva o problema dos banheiros, pois com o tanto que gastou para transformar o prédio da empresa num presídio, significa que tem dinheiro. Que este dinheiro seja empregado em obras necessárias ao invés de gastarem o dinheiro público com obras absolutamente supérfluas.

ANTES: Um espaço onde ainda era possível a socialização e troca de ideias.



DEPOIS: A restrição e o enclausuramento para disciplinar ideias e corpos?



Exigimos a contratação imediata dos concurados

Realmente deve ser um dilema *engordar a folha de pagamento da PRODABEL com centenas de assessores em cargo de confiança*, cujos salários não são baixos e cujo trabalho desenvolvido é absolutamente questionável, *ou contratar os trabalhadores aprovados em concurso para suprirem necessidades básicas da empresa*, como é o caso da manutenção de rede, entre outras atividades.

Lamentavelmente vemos se repetir a história de mais uma empresa pública sendo transformada em cabide de emprego, à mercê das negociatas que permeiam o “universo político” que repudiamos.

Dinheiro para contratar os concursados pelo visto está faltando. Também, com tanto “aspone” espalhado pela empresa!

Estamos procurando os “assessores” que constam da folha da PRODABEL. Você conhece algum? Sabe onde ele está lotado e a atividade que desenvolve? O que você tiver de informação sobre este universo nefasto, faça contato com o sindicato. Denuncie.

Sua denuncia pode nos ajudar a agir para moralizar esta pouca vergonha que todos sabem que acontece e ninguém faz nada.



Não à privatização da RMI

Aumentam novamente os rumores de que nova ofensiva está sendo arquitetada para privatizar a Rede Municipal de Informática. Onde tem fumaça tem fogo.

Não podemos nos esquecer que a PBH, não faz muito tempo, sucateou o sistema municipal de internet, para entregá-lo, irresponsavelmente, à GOOGLE. Fizemos esta denúncia no passado, nos posicionando contra esta política nefasta.

Vocês sabiam que existem acusações internacionais de que a GOOGLE é uma das empresas que fornece acesso livre aos serviços secretos norteamericanos? Com estas acusações pode-se garantir que informações internas da PBH não estão sendo vasadas?

Precisamos agir em defesa da PRODABEL, dos seus trabalhadores e dos empregos, pois privatização tem sido sempre sinônimo de desemprego.

Se você tem algum dado que dê concretude a esta desconfiança, faça-o chegar ao sindicato. Lembre-se, o sindicato para agir, muitas vezes precisa contar com os ouvidos e olhos atentos dos trabalhadores. E você nem precisa se identificar para denunciar.

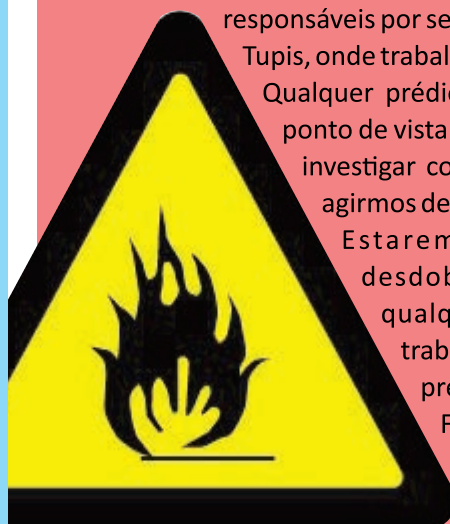
Sobre o incêndio do prédio da Rua Tupis

O sindicato já está acionando o Corpo de Bombeiros e outros órgãos responsáveis por segurança, para saber a real situação do prédio da Tupis, onde trabalham vários profissionais da PRODABEL.

Qualquer prédio, para funcionar, precisa estar adequado do ponto de vista de normas de segurança. Neste sentido vamos investigar como anda a situação do prédio da Tupis, para agirmos de forma fundamentada.

Estaremos divulgando em próximos boletins desdobramentos desta situação e, constatada qualquer irregularidade agiremos para que os trabalhadores da PRODABEL sejam retirados deste prédio.

Faremos também um grande movimento, no sentido de denunciar a todos que trabalham neste prédio da R. Tupis o que conseguirmos apurar. Afinal de contas nenhum ser humano pode ficar exposto a nenhum risco.



PERDAS DO FGTS

ENTENDA A DISCUSSÃO SOBRE REVISÃO DO SALDO DO FGTS

Estudo do DIEESE (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócioeconômicos) – órgão de assessoria ao movimento sindical – indica a existência de defasagens na correção monetária das contas do FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, em razão da utilização de índice de correção monetária que não repõe, integralmente, a inflação.

Constatou-se que o rendimento das aplicações feitas pelo Conselho Curador do FGTS é superior ao rendimento pago aos trabalhadores. Desde 1991 as contas vinculadas do FGTS são corrigidas pela capitalização de 3% ao ano mais TR (Taxa Referencial), porém o DIEESE aponta que os trabalhadores têm tido rendimento inferior à inflação desse período.

Com base nesse estudo, não há dúvida de que o direito da classe trabalhadora está sendo ferido e que é necessário encontrar uma saída para o FGTS, de modo a reparar os prejuízos sofridos pelos trabalhadores ao longo desses anos.

Porém, em 2001, o STJ – Superior Tribunal de Justiça reconheceu, através da Súmula 252, que a TR é o fator legal de correção dos saldos das contas do FGTS. Este índice, no entanto, tem ficado abaixo da inflação. Tome-se o ano de 2012, como exemplo, quando a correção das contas do FGTS foi de 3% e a inflação foi de 5,8%.

Existe uma intensa propaganda de escritórios de advocacia e centrais sindicais acerca de decisões judiciais condenando a Caixa Econômica Federal a corrigir as contas de FGTS, de modo a repor a inflação do período, porém até o momento o debate na Justiça sobre essa questão está muito incipiente e não temos, ainda, uma tendência jurisprudencial no sentido de acatar o pleito de correção do FGTS, somente algumas decisões esparsas.

O SINDADOS/MG vem acompanhando de perto tal debate e analisa as possibilidades jurídicas de uma Ação Coletiva sobre o tema. Porém, adverte os trabalhadores da categoria para não embarcarem em uma “aventura jurídica” de resultados imprevisíveis, sendo prudente aguardar um pouco mais o desenrolar dos fatos e o rumo da jurisprudência para que possamos tomar uma decisão mais segura quanto à adoção de medidas judiciais.

Além disso, há ações políticas que vêm sendo empreendidas pela CUT, no sentido de buscar abrir um processo de negociação com o governo, o Conselho Curador do FGTS, a Caixa Econômica Federal e todos os órgãos envolvidos na gestão do Fundo, reivindicando a revisão do saldo das contas e sugerindo novos critérios para atualização dos índices no futuro.

Essas negociações, se bem sucedidas, poderão resultar em um acordo que repare eventuais perdas passadas do FGTS e evite perdas futuras, tornando desnecessária a adoção de medidas judiciais para proteger os interesses dos trabalhadores.

De todo modo, o SINDADOS/MG continuará atento a essa questão e manterá toda a categoria informada acerca dos desdobramentos dessa questão e das medidas coletivas que podem ser tomadas para defender os interesses da classe trabalhadora e impedir mais essa tentativa de usurpação de seus direitos.

